

RESOLUÇÃO Nº 15/2006

(Publicada no Diário Oficial de 06 e 07/05/2006)

Alterada pela Resolução nº 10/16.

Ver Resolução nº 015/19, que prorrogou por mais 3 (três) meses o prazo de fruição dos benefícios concedidos a empresa.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à BMD TÊXTEIS LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à indústria BMD TÊXTEIS LTDA., CNPJ: 03.156.784/0001-30, e IE nº 051.678.391NO, instalada no município de Camaçari - neste Estado, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela BMD TÊXTEIS LTDA., nas operações de saídas de tecidos sintéticos, geogrelha, laminados reforçados, na produção de malha técnica, malha BMD NET, malha DUBLATEC, mactube, geomembrana e laminados de PVC, pelo prazo de 147 (cento e quarenta e sete) meses, contado a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

Nota: A redação atual do inciso "I" do art. 1º foi dada pela Resolução nº 10/16, de 03/05/16, DOE de 11/05/16, efeitos a partir de 11/05/16.

Redação originária, efeitos até 10/05/16:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela BMD TÊXTEIS LTDA., nas operações de saídas de tecidos sintéticos, geogrelha e laminados reforçados, pelo prazo de 147 (cento e quarenta e sete) meses, contado a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 05 de maio de 2006.

JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO
Presidente